

Defensivos vegetais

Agenda do suporte sanitário

Guilherme Guimarães*

COM REPRESENTANTES de 60 países, a FAO reuniu, em Roma, no final do ano passado, mais de 300 especialistas em gestão de defensivos agrícolas. O objetivo era debater os problemas associados aos *minor uses*, que representam cerca de US\$ 300 milhões no comércio das exportações agrícola.

Minor Uses e suas características

- Produzidos nos Estados Unidos para lavouras inferiores a 150 metros quadrados;
- Produtos sem incentivos econômicos para registros;
- Inclui frutas, vegetais e vetores de doenças (mosquitos, carrapatos, pulgões etc.)

Grupos de Trabalho

1. Áreas de ensaios dos resíduos e geração de dados;
2. Mecanismos e plataformas para compartilhamento de dados,
3. Harmonização de LMR,
4. Grupos de culturas;
5. Problemas regulatórios;
6. Dados de eficácia e segurança das culturas.

O Brasil está preocupado com a aplicação da diretiva 91/414, da União Européia, em produtos de origem vegetal quanto a: novos parâmetros para detecção de agrotóxicos; e normas mais rígidas para os resíduos de agrotóxicos não mais utilizados no bloco.

O encontro teve as seguintes apresentações: (a) visão global do problema; (b) metodologias para determinação dos LMRs (Limites Máximos de Resíduos); (c) revisões de conceitos e formas de trabalho em diferentes países; e (d) grupos de culturas, metodologias e propostas de solução.

Os participantes foram divididos em seis grupos de trabalho. Cada tema foi exaustivamente discutido, com a formulação de recomendações.

Infelizmente, o Brasil teve participação acanhada no evento, apesar do problema que hoje representa a falta de melhor suporte fitossanitário para um grande número de cultivos menores. Da esfera governamental, apenas o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento fez-se representar, na pessoa do dr. Luis Eduardo P. Rangel, Coordenador da Coordenadoria Geral de Agrotóxicos e Afins, além de três representantes da iniciativa privada.

A Argentina contou com cinco membros do governo, além de técnicos da iniciativa privada. A Costa Rica enviou três integrantes do governo. Informações sobre o Brasil foram mostradas por uma técnica da Colômbia: identificação da consulta prévia sobre legislação para culturas com pequeno suporte fitossanitário, terminada em novembro de 2006, além da rápida menção à RDC 216/Anvisa/06 sobre estudos de resíduos. A CropLife Latin America, entidade à qual a Andef é filiada, também apresentou dados sobre o Brasil, sendo mais específica e objetiva ao revelar os pontos fracos do marco regulatório nacional.

Alguns pontos importantes cabem como recomendações gerais:

- Facilitar o agrupamento de alimentos de todas as regiões para interagir sobre os problemas e as necessidades no gerenciamento do controle de pragas;

- Desenvolver uma única e clara informação sobre o significado de LMR;
- Identificar as necessidades em culturas, regiões, usos menores e controle de pragas;
- Aproximação com os órgãos internacionais;
- Alterações internas para alinhar-se aos padrões no exterior;
- Fundos para a solução de problemas.
- No tocante à geração de dados para resíduos e eficácia, sobressai:
- O zoneamento global, baseado em condições agroclimáticas comparáveis;
- A extrapolação por grupo de culturas;
- O compartilhamento dos dados de eficácia;
- Os processos e protocolos para facilitar o Programa Global de Resíduos.

Para entender as exigências globais, o Brasil precisa:

- Adaptar os padrões atuais dos estudos de resíduos e eficácia;
- Agrupar culturas para o sistema desenvolver-se de forma harmônica;
- Incluir várias frutíferas tropicais no *Codex Alimentarius*;
- Adotar sistemas de revisões multilaterais nos ingredientes ativos novos;
- Adotar as diretrizes da FAO e OCDE;
- Propor ao *Codex* considerar a especificidade de culturas e usos menores;
- Estabelecer fundos do governo para programas semelhantes ao IR-4;
- Incentivar extensões de rótulo para menores usos e culturas;
- Adequar ferramentas para proteção de cultivos;
- Facilitar o diálogo em relação a padrões privados;
- Ajudar na capacitação em pesticidas biológicos, produtos com risco reduzido e sistemas de manejo integrado de pragas.

Tudo isso busca efetivar programas de incentivo ao registro em culturas de menor expressão e de uso, ao mesmo tempo em que enfatiza a importância de métodos alternativos ao controle químico. ■

* Engenheiro agrônomo, doutorado pela Unicamp, e gerente de Regulamentação Federal da Andef